

Rebaixamento de débito já foi decidido

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, considerou ontem uma forma de pressão sobre os bancos credores e o Brasil a decisão do Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc), órgão do governo americano, de rebaixar os débitos brasileiros junto aos bancos dos Estados Unidos, classificando o País de mau pagador. Para ele, a decisão tem por objetivo apressar o acordo provisório em negociação com o comitê dos bancos credores, em Nova Iorque.

Este acordo, proposto pelo Departamento do Tesouro, visava, sobretudo, evitar a reclassificação, que até ontem à tarde não havia sido comunicada oficialmente ao governo brasileiro. Ao se decidir pela reclassificação, o Icerc ensaiou uma guerra de nervos para a mesa de conversações, na interpretação de um técnico da Fazenda, pois a medida ainda não foi oficializada, podendo ser vetada pelo Federal Reserve (o banco central norte-americano).

Por este acordo, o País deposita 500 milhões de dólares no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Suíça, enquanto os credores fazem um depósito de 1 bilhão, totalizando, portanto, 1,5 bilhão de dólares, quantia referente aos juros de outubro, novembro e dezembro suspensos pela moratória. Dois obstáculos ao fechamento do acordo provisório já foram superados — uma menção apenas vaga à necessidade de um acordo com o FMI e a resistência dos bancos credores não americanos em participar do depósito.

Feito o acordo provisório, os dois lados partem para o acordo definitivo, que será fechado até 30 de dezembro, quando o Brasil deposita no BIS mais 1 bilhão de dólares e os bancos fazem o depósito de mais 2 bilhões. Este acordo depende, porém, da aceitação de parte da proposta brasileira, como refinanciamento dos juros a vencer em 88 e 89 e transformação de uma parcela da dívida em títulos de longo prazo (securitização).